



**ORBIS**

Boletim do  
**LEPEB-UFF**



**Vol.2 – Nº 6**  
**MAIO-AGOSTO/2024**  
**ISSN: 2965-2235**

## Editorial

Há um ano tinha início mais um capítulo da já longa história de conflitos contemporâneos na Palestina e territórios vizinhos, que remonta à criação do Estado de Israel, em 1948, e à subsequente primeira guerra árabe-israelense. Esse episódio levaria à expulsão de cerca de 800 mil palestinos de suas terras, naquilo que ficou conhecido como *Nakba*, a “catástrofe”. Desde então, a política de expansão e ocupação de territórios por parte do Estado de Israel só fez agravar a questão palestina, que se tornaria um foco de tensões permanentes na região, durante e no pós-Guerra Fria, período em que diversas tentativas de acordos de paz acabaram por fracassar, alcançando, no máximo, breves períodos de relativa distensão na região.

O ataque do Hamas, em outubro de 2023, possibilitou ao primeiro-ministro israelense Benjamim Netanyahu desencadear uma forte contraofensiva, em um momento em que sofria fortes contestações internas e externas devido a medidas antidemocráticas e restritivas que o seu governo, sustentado por uma coalizão de extrema direita, procurava implementar. Essas medidas incluíam uma ampla reforma do judiciário, em uma clara tentativa de blindar o primeiro-ministro das investigações criminais em curso contra ele, envolvendo acusações de recebimento de suborno e fraude.

No entanto, um ano depois do ataque, está cada vez mais claro que mais do que derrotar o Hamas ou resgatar os reféns ainda em poder do grupo, a ofensiva israelense vincula-se a um projeto de ocupação e colonização dos territórios ainda sob controle dos palestinos. A ação desencadeou uma tragédia humanitária de enormes proporções em Gaza e fez com que o conflito se espraiasse por outros Estados da região, sob o olhar complacente das potências ocidentais que continuam a dar salvo-conduto para que as forças militares israelenses cometam inúmeros crimes de guerra, ocasionando a morte de milhares de civis, em nome do “direito de Israel à autodefesa”.

Neste número do **Orbis**, dois artigos discutem essas questões procurando lançar luzes sobre os conflitos na Palestina: “*A Pax Israelensis: uma proposta de análise para a compreensão crítica da política social genocida na Palestina*”, de Bernardo Kocher, professor do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense – UFF; e “*De Gaza à Beirute: a névoa da guerra paira para além do Oriente Médio*”, de Karime Cheaito, Doutoranda em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas.

Por sinal, o apoio quase incondicional do Ocidente e a blindagem de Israel feita pela mídia ocidental, incluindo a brasileira, também ecoaram em mais um episódio das

conturbadas e mal resolvidas civis-militares do Brasil pós-ditadura. A afirmação do ministro da Defesa José Múcio, expressando o sentimento das Forças Armadas, de que a suspensão da aquisição de equipamentos militares de fabricação israelense teria se dado por “questões ideológicas” – visto que a posição oficial da diplomacia brasileira (bastante criticada pela mídia empresarial, por sinal) é a de considerar como genocídio a ação israelense em Gaza e de defender um imediato cessar-fogo na região – causou um enorme mal estar no governo, expondo mais uma vez como a questão militar ainda está longe de ser resolvida, quatro décadas após o fim do regime ditatorial, e continua a ser um esqueleto no armário da nossa ainda frágil democracia. É a partir deste mote que Mariana da Gama Janot e Jonathan de Araújo de Assis, bolsistas de Pós-doutorado na UNESP, discutem a Defesa e as relações civis-militares no Brasil, após quase dois anos do terceiro mandato presidencial de Lula da Silva, no artigo “No meio do caminho havia um obuseiro: notas sobre a Defesa nos dois anos do governo Lula III”.

Às vésperas da Cúpula de Líderes do G20, no Rio de Janeiro, e logo após a XVI Cúpula do BRICS, em Kazan, Rússia, publicamos também o artigo “O Sistema Financeiro como instrumento de guerra: Notas Preliminares das Reuniões do BRICS e G20 no Rio de Janeiro”, de Fernando Brancoli, Professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa – IRID, da UFRJ. Nele é discutida a militarização do sistema financeiro internacional, ou seja, o uso estratégico de ferramentas econômicas por nações poderosas para exercer influência geopolítica, bem como o papel que pode vir a ser desempenhado por coalizões do Sul Global, como o BRICS, no enfrentamento dos desafios econômicos contemporâneos e na busca pela estabilidade global.

E fechando esta edição, Santiane Arias, Professora de Ciência Política, na Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, no artigo “O altermundialismo visto do limiar de 2024: o que foi feito da *internacional da esperança?*”, discute o que ocorreu com o “altermundialismo”. Tendo sido articulado concomitantemente ao Fórum Social Mundial - criado como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, e cuja primeira edição teve lugar em Porto Alegre, em 2001 – esse movimento teve grande relevância na resistência aos efeitos nefastos da globalização financeira e das políticas neoliberais na primeira década deste século, mas depois acabaria passando por um processo de fragmentação e desarticulação.

Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Os editores